Ata Número Dezassete

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, reuniu ordinariamente, no Salão do Clube Recreativo Vilarinhense, em Vilarinho, nos termos do nº 3 do artigo 3 da Lei nº 1 – A/2020 de 19 de março, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**----------

---

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; ----------

2 - Apreciação e votação de autorização de recurso à Linha BEI PT 2020, com o objetivo de financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento aprovados no âmbito do Programa Portugal 2020;----------

3 - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior Residentes no Município da Lousã; ----------

4 - Apreciação e aprovação do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Lousã; ----------

5 - Apreciação e votação do Regulamento Geral de Serviço de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A.;----------

6 - Apreciação e votação da adesão ao regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos no âmbito do Decreto-Lei nº147/2017, de 5 de dezembro;----------

7 - Apreciação e aprovação da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano 2020;----------

8 - Votação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local - EIVL; ----------

9 - Informação do Revisor Oficial de Contas (ROC) – Relatório sobre a situação económico financeira do Município da Lousã – 1º semestre 2020;----------

---

O Senhor Presidente da Mesa deu início à sessão saudando a todos com particular destaque a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Lousã e

Vilarinho, na qualidade de anfitriã, ao púbico presente e aos Órgãos de Comunicação Social. Agradeceu à Srª D. Diana Serra, na qualidade de Presidente da Direção, pela cedência das instalações do Clube Recreativo Vilarinhense para a realização desta assembleia. Desejou que os trabalhos decorressem com a normalidade e urbanidade possível e desejável, atendendo às excecionais medidas de distanciamento e restrições a que continuamos sujeitos pela pandemia da COVID-19. ----------

---

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Raquel Simões que justificou a falta e foi legalmente substituída por Paulo Simões, António José Rodrigues que justificou a falta e foi legalmente substituído por Marco Antunes que justificou a falta e foi legalmente substituído por Pedro Brás Dias que justificou a falta e foi legalmente substituído Ana Filipa Marques, do PS. Nuno Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso, do PSD e Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura, do BE. -------

---

O Senhor Presidente da Mesa prestou uma informação aos membros da Assembleia Municipal que diz respeito à receção de um email do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, relativo à eleição indireta do Presidente da CCDRC, dando conta de que no próximo dia treze de outubro, no período compreendido entre as 16 horas e as 20 horas, conforme previsto no nº 4 do artigo 5º do Regulamento Eleitoral, a Assembleia Municipal está convocada pela Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, para proceder à eleição do Presidente da CCDRC. Mais informou de que proximamente prestará informações mais detalhadas, sobre o processo, aos membros da Assembleia Municipal. Citando, disse: "*é complexo e que mobiliza um conjunto substancial de recursos técnicos e humanos e que envolve autarcas eleitos nas Assembleias Municipais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.*"----------

---

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: ----------

Inscrições: Filipe Amado, Artur Teixeira Pedroso, António Paulo Magro, Dinis Cascão, Presidente da Associação do Talasnal e Miguel Mendonça, em representação da Associação de Recuperação do Casal Novo. ----------

Filipe Amado, residente em Vilarinho, solicitou o arranjo da estrada que está bastante degradada, junto ao ribeiro que dá acesso à Serra – Póvoa de Fiscal e questionou o **Senhor Presidente da Câmara** se já dispõe de mais informações do Poder Central, relativamente à desagregação da Freguesia de Vilarinho.---

Artur Teixeira Pedroso, residente em Vinhas de Fiscal, Vilarinho, veio em nome do povo da extinta freguesia de Vilarinho e como representante do Movimento Cívico Refutar para questionar os autarcas acerca do processo para repor o estatuto da Freguesia de Vilarinho. Lamentou o facto daquela zona estar devotada ao "*abandono*" com a falta do MetroBus, falta de acessibilidades e ainda o facto de não terem reavido o estatuto da Freguesia de Vilarinho. Enalteceu a pessoa de **Joaquim Seco** que se tem debatido, de forma solitária, sobre este processo, motivo pelo qual se associa à sua voz e veio reforçar o pedido a todos os autarcas do Concelho da Lousã para, afincadamente, exigirem do Poder Central a defesa dos legítimos e justos interesses, independentemente da cor política dos autarcas locais e do Poder Central. Expressou a sua gratidão ao ex-presidente da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, António Marçal e à atual Presidente, Helena Correia, na época Secretária Executiva, pelo desempenho em prol do processo de restituição do Estatuto da Freguesia de Vilarinho, os quais, em conjunto, acompanharam representantes do Movimento Refutar à Assembleia da República, para além de outras ações meritórias desenvolvidas. ----------

António Paulo Magro, residente na Lousã, começou por sugerir que após a intervenção de cada cidadão, fosse questionado se está devidamente esclarecido com a informação prestada, muito embora entenda não haver direito a diálogo, acredita que essa postura daria maior proximidade e esclarecimento entre as partes. Em seguida, no seguimento da questão colocada em anterior sessão, sobre os documentos da APIN: Contrato de Gestão Delegada, escritura e comprovativo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, disse que lhe foi dito que estavam disponíveis no *site* daquela empresa, no entanto, o site refere que estes documentos se encontram em "*arquivo*", pelo que, solicitou que os mesmos lhe fossem facultados, apenas

para se sentir esclarecido. Por último, referiu que na mesma sessão questionou se o regulamento do Município de Góis foi o escolhido para sustentar a relação entre deveres e obrigações dos utilizadores com a APIN, tendo-lhe sido informado pelo **Senhor Presidente da Câmara** que não. Constatando que o referido documento faz parte da ordem de trabalhos desta sessão ordinária, solicita melhor clarificação sobre o assunto, bem como se os benefícios de tarifas sociais que os Bombeiros Voluntários de Góis usufruem se estendem aos restantes municípios agregados à APIN, inclusivamente aos Bombeiros Municipais da Lousã.----------

Dinis Cascão e **Miguel Mendonça**, representando as Aldeias do Talasnal e Casal Novo, manifestaram preocupação com a situação atual em que se encontra a serra, particularmente onde estão inseridas as nove aldeias serranas. Alertaram para a vulnerabilidade à ocorrência de incêndios, dada a quase total ausência de limpeza. Deram nota de grande abundância de acácias, eucaliptos, pinhais muito densos e sem cumprimento de regras. Deram ainda conhecimento que têm verificado cortes rasos de espécies protegidas que é outra situação que os preocupa. Realçaram que a serra não está ao abandono e quando é preciso fazer cortes por interesse económico, não há retorno, como a responsabilização perante as limpezas, cumprimento de regras e fiscalização. Perguntaram quais as entidades que deveriam fazer essa verificação. Disseram que este comportamento tem que acabar e que devem todos zelar pela preservação da natureza, pela diversidade da paisagem que se tem tornado um bem com um valor económico muito significativo para toda a região da Lousã. Questionaram a posição da Câmara Municipal relativamente à serra, nomeadamente, se tem alguma iniciativa em curso ou se prevê tomar alguma medida para resolver este problema e sugeriram, em tom de desafio, que a autarquia criasse um Parque Natural. Entendem que seria uma iniciativa de bom grado, por parte da Câmara Municipal, ficando com a gestão deste. Alertaram para o facto de os abates continuarem a ser executados e, se houver, entretanto, algum incêndio nada poderá ser feito. Sensibilizaram e apelaram para que a Câmara Municipal equacionasse a possibilidade da criação deste Parque Nacional com a preservação da Serra da Lousã mantendo as árvores autóctones e a natureza que ainda persiste tendo em conta a área de beleza rara, natural e

original, comparativamente a outras serras que Portugal tem. Sublinharam, ainda, que tem sido isso que tem atraído cidadãos do país inteiro a visitar a Serra da Lousã. Concluíram dizendo que o objetivo da criação do Parque Nacional é *"delimitar o saque que tem havido às árvores da Serra da Lousã nos últimos tempos."* ----------

---

Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** usou da palavra começando por cumprimentar a todos. Informou que a necessidade do arranjo da Rua da Cal, em Vilarinho, é conhecida e está feito o estudo da exigência financeira para executar uma intervenção de beneficiação do pavimento para a qual já existe orçamento. Sobre o processo de desagregação da Freguesia de Vilarinho, deu nota de que no dia anterior falou sobre este e outros assuntos com o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais. Sublinhou que **Joaquim Seco** não tem estado sozinho neste processo, porque, para além da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, a Câmara Municipal, há muito tempo afirmou que faria todas as diligências que lhe incumbem para que fosse possível concretizar o desejo do Movimento Refutar e tem colaborado, inclusivamente com a cedência de transporte para se deslocarem à Assembleia da República. Resumindo, deu nota de que a última informação de que dispõe, o processo está terminado, tem a concordância da ANAFRE e o diploma já foi remetido para que possa ser agendado em Conselho de Ministros e está perspetivado que seja possível concretizá-lo para o próximo ato eleitoral autárquico. Salientou que existe total disponibilidade, interesse e empenho, por parte da Câmara Municipal, à semelhança da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho para que o processo seja concretizado e o objetivo do Movimento Refutar alcançado, apesar de não depender dos órgãos autárquicos essa consumação de decisão, mas do Conselho de Ministros e do Governo Central. Disse que este processo não implica a eliminação de nenhuma freguesia. Sobre a fiscalização prévia da APIN, informou que poderá ser disponibilizada, relativamente ao regulamento de serviços, esclarecendo o equívoco, afirmou que o documento que serve de referência é o Regulamento do Município de Góis. Sobre o conteúdo desse regulamento, relativamente aos bombeiros, disse que essa situação diz respeito apenas ao Município de Góis e não é prática dos onze municípios, e

concretamente ao Concelho da Lousã. Compreendeu a legítima e saudável preocupação apresentada pelos Srs. Dinis Cascão, e Miguel Mendonça, no entanto, informou que a atuação da Câmara Municipal não poderá ter a amplitude mais desejada e adequada. Deu nota que tem conhecimento que tem havido intervenções nas imediações da aldeia do Vaqueirinho, em meados do mês de agosto e decorrentes de relações entre privados, onde a Câmara Municipal no âmbito das suas possibilidades de intervenção, apelou ao bom senso e equilíbrio e participou às entidades consideradas competentes. Existe outra situação assinalada para executar da qual a Câmara Municipal também teve conhecimento e solicitou por informação escrita ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, adiante designado por ICNF, mas até ao momento, não teve resposta às ações que ali pretendem concretizar. Relativamente à possibilidade de criação da figura jurídica para gestão da serra, afirmou que é algo já considerado há algum tempo, no entanto, salientou que a área territorial da Serra da Lousã, é mais vasta do que a parte geográfica que diz respeito ao Concelho da Lousã, envolve sete municípios que entendem dever existir uma gestão integrada e uniforme. Neste sentido, foi constituída uma Agência, mas que, lamentavelmente, até ao momento, não teve o desenvolvimento necessário e efetivo relativamente à gestão alargada de toda a área. Informou que está previsto no âmbito da Agência de Desenvolvimento Serra da Lousã com o apoio da Universidade de Coimbra, depois de analisados os critérios, a classificação de "área de paisagem protegida". Depois do trabalho concluído, será submetido às sete assembleias municipais para aprovação do documento para posteriores ações de controlo e gestão da Serra da Lousã, de uma forma mais efetiva e adaptada ao seu valor, recursos e procura. As operações com mais expressão junto à aldeia do Vaqueirinho de acordo com as informações prestadas pelo ICNF decorrem de uma relação de negócio entre privados e, apesar de serem em área de Rede Natura, é uma ação possível de ser realizada, salvaguardando-se a operação de reflorestação que tem que obedecer a determinados critérios, nomeadamente espécies.----------

---

O **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu a presença e intervenção do público presente e em seguida, colocou à votação o projeto de ata número

dezasseis, referente à sessão extraordinária, realizada no dia dezasseis de julho do ano de dois mil e vinte, tendo sido aprovada por unanimidade com vinte votos, nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.----------

---

Passou, de seguida, a palavra à **Senhora Presidente de Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho**, na qualidade de anfitriã, uma vez que teve a amabilidade de receber a Assembleia Municipal na sua freguesia.----------

A **Senhora Presidente de Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho** interveio para agradecer a realização da sessão da Assembleia Municipal em Vilarinho, dizendo que é um gosto receber sessões descentralizadas. Agradeceu à Direção do Clube Recreativo Vilarinhense a disponibilidade de cedência da sala que permite a realização dos trabalhos em segurança e com as condições exigidas. Dirigindo-se à população residente em Vilarinho, afirmou que enquanto Presidente da União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, tudo tem feito para que o espaço comum seja olhado e tratado como um todo, beneficiando de igualdade de tratamento, cuidado e atenção, independentemente das extremidades e distâncias dos lugares em que se encontram, porque as necessidades são basicamente as mesmas. Referiu ainda que tudo tem tentado para que o processo de desagregação das freguesias seja uma realidade já no próximo processo eleitoral e prestou de forma detalhada e atualizada todas as informações de que dispunha. Agradeceu as palavras proferidas pelo Sr. Artur Pedroso e **Senhor Presidente da Câmara** pelo esforço conjunto para que o processo de desagregação seja uma realidade. Apelou para que os Órgãos Executivo e Deliberativo ali presentes diligenciassem junto do Poder Central para que tomem uma posição clara e célere em relação ao processo. Frisou que a falta desta lei é uma violação dos princípios constitucionais e por isso não se podem calar perante tal omissão. Agradeceu a intervenção e diligências feitas pelo **Senhor Presidente da Câmara** junto da tutela. Sublinhou, citando: "*mas até lá, creiam, para que fique bem claro, somos uma mesma freguesia, Lousã e Vilarinho são só uma comunidade*." Aproveitou ainda para apresentar um conjunto de intervenções necessárias na zona de Vilarinho. Disse que da elencagem apresentada algumas já são do conhecimento do Executivo Municipal.

Salientou: a Rua do Bordão, entre o Centro de Saúde e a EB 1, em virtude de ser uma rua com muita movimentação porque une duas infraestruturas muito importantes do concelho, pavimentações e repavimentações em diversos arruamentos e vias. Reiterou a necessidade de intervenção na Rua da Cal, conforme já foi dito e reforçou a necessidade de intervir junto das Infraestruturas de Portugal, adiante designada por IP, dando nota da inexistência de passeios desde a Igreja ao lugar de Vilarinho, bem como a resolução da questão das bermas e do encaminhamento das águas das minas e das águas pluviais. Informou que a Junta de Freguesia já fez este pedido às IP, mas veio recusado, no entanto, entendendo como importante, fez o apelo para um reforço por parte da Câmara Municipal. Alertou para a necessidade da requalificação da zona mais urbana da freguesia, como a Rua Joaquim Pereira de Melo e outras ruas próximas, o encaminhamento das águas pluviais da Rua José dos Santos Carvalho, em Fiscal, a intervenção nas estradas florestais, entre o lugar do Boque e o Aeródromo, nomeadamente, na reparação de algumas serventias, o reforço de contentores de recolha de resíduos domésticos e também ecopontos para toda a freguesia. Referiu-se, também, ao estudo da possibilidade de acesso da Quinta do Caimão pela Rua de Vale de Moleiros e, por último, o estudo da possibilidade de alargamento da estrada de acesso à sede da ADIC. Aproveitou o momento para felicitar a direção da ADIC e toda a equipa pela conclusão das obras da sede e desejar a todos a continuação de um bom trabalho em prol da comunidade. ----------

---

O Senhor Presidente da Mesa informou o plenário de que tinha recebido momentos antes do **Senhor Presidente da Câmara** uma Proposta relativa ao Programa de Desenvolvimento Rural 2020, solicitando a introdução da mesma na Ordem de Trabalhos, pelo que, antes do início dos trabalhos teve oportunidade de falar com cada um dos líderes dos grupos municipais informando desta necessidade e mandado distribuir por todos um exemplar da referida Proposta. Assim, nos termos do nº 3, do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal da Lousã: "*tratando-se de sessão ordinária, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode deliberar-se sobre assuntos não incluídos na ordem do dia.*"----------

Assim, propõe à Ordem de Trabalhos, a inclusão do Ponto nº 10 com o seguinte teor: Apreciação e votação da declaração de reconhecimento do interesse municipal para as populações e para a economia local da "Criação da Rede de Percursos Pedestres da Lousã."----------

Colocado à votação a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, foi aprovado por unanimidade quando estavam os vinte e cinco membros da Assembleia Municipal presentes. ----------

---

Desta forma, a **ORDEM DE TRABALHOS** passa a ter a seguinte redação:----------

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; ----------

2 - Apreciação e votação de autorização de recurso à Linha BEI PT 2020, com o objetivo de financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento aprovados no âmbito do Programa Portugal 2020;----------

3 - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior Residentes no Município da Lousã; ----------

4 - Apreciação e votação do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Lousã; ----------

5 - Apreciação e votação do Regulamento Geral de Serviço de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A.;----------

6 - Apreciação e votação da adesão ao regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos no âmbito do Decreto-Lei nº147/2017, de 5 de dezembro;----------

7 - Apreciação e votação da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano 2020; ----------

8 - Votação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local - EIVL; ----------

9 - Informação do Revisor Oficial de Contas (ROC) – Relatório sobre a situação económico financeira do Município da Lousã – 1º semestre 2020;----------

10 - Apreciação e votação da declaração de reconhecimento do interesse municipal para as populações e para a economia local da "Criação da Rede de Percursos Pedestres da Lousã; ----------

---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

Inscrições: Aires Ventura, Maria Conceição Loureiro, António José Gonçalves, Joaquim Seco, Maria Carolina Henriques, Marco Aurélio Sequeira, Sérgio Pedroso, Isabel Seco, João Duarte, Pedro Santos, Helena Correia, João Pereira, Joel Fernandes, Ana Paula Sançana e João Pedro Melo.----------

Aires Ventura interveio referindo-se à Estrada Nacional 2 para dizer que, embora o Concelho da Lousã só tenha três quilómetros de extensão desta estrada, deveria dar mais atenção porque se trata de um itinerário turístico de cultura e paisagem do norte ao sul do país. Sugeriu a colocação de um marco territorial lousanense de sinalização rodoviária e um painel alusivo à referida estrada. Lamentou ainda a inexistência de um carimbo específico para registo dos passaportes de todos quantos fizeram o desvio pela Lousã durante este percurso.----------

Maria Conceição Loureiro interveio começando por dizer que é importante a gestão democrática da descentralização das sessões da Assembleia Municipal porque permite aos munícipes uma maior proximidade com os eleitos e a possibilidade de colocarem as suas questões, razão pela qual está satisfeita por verificar o número de pessoas presentes na sala. Em seguida, disse que a CDU manifesta preocupação e repúdio pela forma como o Presidente da República, Primeiro Ministro e Ministro da Educação estão a tratar a Educação, a nível geral, no país. No que diz respeito à Lousã salientou o aconselhamento para a utilização de máscaras, o afastamento possível aconselhado nas turmas, para impedir o desenvolvimento do surto epidémico. Por esta razão, a CDU está preocupada com a composição das turmas, com o número de alunos por turmas, com a pequena dimensão das salas para acolhimento dos alunos, cujo afastamento é completamente impossível. Salientou em tom de reflexão, como é que é possível o aconselhamento para o público em geral fazer o distanciamento de dois metros, a marcação para atendimento em diversos serviços públicos e outros, a limitação do número de entrada de pessoas em farmácias e outros espaços e ter vinte e oito alunos em

salas exíguas com um distanciamento entre alunos de vinte centímetros. A CDU entende que as famílias e os professores estão a ser mal tratados e os alunos estão a ser "*carne para canhão*", porque, no seu entendimento, não pode haver dois pesos e duas medidas. Nas escolas estão todos juntos e na comunidade existem regras de afastamento. Referiu que os diretores dos Agrupamentos fizeram o possível, contudo, não têm mais salas, por isso, este assunto deverá ser assumido e resolvido pelas instâncias devidas. Disse, citando: "*Há soluções, há. Custam dinheiro, custam, mas é melhor investir na Educação do que investir no Novo Banco.*" ----------

António José Gonçalves usou da palavra para questionar o **Senhor Presidente da Câmara** se vai haver iluminação de Natal, uma vez que se está a atravessar este período de pandemia, e se as obras do MetroBus, em Serpins, já começaram, porque, até agora, ainda não viu movimento nenhum. Por outro lado, disse que não está devidamente esclarecido sobre o funcionamento dos autocarros na "antiga linha" e, nesta altura do processo não acredita que ninguém tenha a informação sobre este assunto. Apelou para que lhe fossem dados esclarecimentos ou a entidade a quem os possa solicitar. Pediu, também, esclarecimentos sobre o abate de árvores na Serra da Lousã. Reiterou as palavras proferidas por **Aires Ventura** relativamente à EN 2 e acrescentou que o Concelho da Lousã não tem ganho nada com "*esta moda*". Disse que não tem conhecimento onde passa a EN 2 na Lousã, porque não existe nenhuma referência. Questionou, novamente, o **Senhor Presidente da Câmara** sobre a reposição das janelas do Edifício dos Paços do Concelho. Referiu o lixo existente no percurso do Cabo do Soito, até à Senhora da Piedade, dizendo que a Câmara Municipal não tem culpa da falta de civismo das pessoas, mas tem que tomar algumas medidas, como por exemplo, à semelhança da legislação criada para aplicar coimas a quem deitar beatas para o chão. Concluiu a sua intervenção referindo-se às obras de requalificação em curso, dizendo que embora "*já se veja uma luz ao fundo do túnel, poderiam ter sido executadas de forma mais isolada do público, até porque já houve alguns pequenos acidentes*". Sobre a desagregação da Freguesia de Vilarinho "*que tem sido a bandeira de **Joaquim Seco** e bem*", reiterou votos para que este processo se concretize, perguntou, no entanto, se alguma das freguesias irá ser extinta. ----------

Joaquim Seco apresentou cumprimentos a todos com especial deferência á **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho**, reconhecendo o seu empenho com os meios que possui, desejou o maior sucesso no seu percurso e que se sinta sempre realizada nos seus objetivos. Disse que hoje já se falou muito sobre o Estatuto da Freguesia de Vilarinho e embora esteja envolvido neste processo, reconhece que a Câmara Municipal da Lousã tem prestado apoio, nomeadamente, nas duas vezes que se deslocaram à Assembleia da República e a Junta de Freguesia tem, igualmente, prestado todo o apoio. Mas, ao longo de sete anos, não se cansam de falar na restituição da Freguesia de Vilarinho. Sabe que não depende dos órgãos autárquicos, mas do Poder Central, no entanto, e enquanto vilarinhense agradeceu a todos o apoio que têm dado a esta causa e apelou à continuidade do mesmo. Afiançou que, citando: "*Ao obtermos o Estatuto da Freguesia de Vilarinho, ficaremos verdadeiramente reconhecidos com o vosso esforço e mais, já temos alguns vilarinhenses que já partiram do nosso convívio e levaram esta causa com eles atravessada, quando isto passar para Freguesia de Vilarinho, essas pessoas são devidamente recordadas e homenageadas, quando isso acontecer. Por isso, agradeço todo o vosso esforço, agradeço o vosso empenho. Isto nunca podia ter acontecido, estamos a um ano das eleições autárquicas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acreditem que Vilarinho tem massa própria, massa humana para pegar na gestão da sua terra, por isso, contamos convosco e vocês contem connosco.*" Realçou a construção do edifício da ADIC que está concluído e que agora está em fase de instalação de equipamento. Agradeceu o apoio financeiro no valor de cinquenta mil euros, prestado pela Câmara Municipal, para auxílio na edificação e apelou novamente ao Executivo um novo apoio para este investimento, na área do equipamento. Reiterou a necessidade de intervenção no acesso ao novo Centro Social com alargamento da estrada, situação esta que é do conhecimento de todos. ----------

Maria Carolina Henriques, Interveio no seguimento da sessão extraordinária desta Assembleia Municipal realizada em maio, e já em fase de contexto pandémico que se está a viver, em nome do Grupo Municipal do PSD, para referir a necessidade desta autarquia dar uma resposta e um auxílio efetivo a tantas famílias que viram os seus rendimentos diminuídos. Alertou, reiterando

uma vez mais, como tem sido feito diversas vezes pelo PSD, para a urgência da redução da taxa do IMI praticada no concelho, como resposta efetiva às consequências nefastas da pandemia nos agregados familiares dos munícipes. Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** na altura disse-lhe que a autarquia da Lousã iria continuar a envidar esforços, no âmbito das suas competências e enquadramento legal, mas tinha consciência de que nenhum município, só por si, teria a capacidade para corresponder a todas as situações de caráter social e económico que iriam surgir. Disse que o PSD entende, porque é verdade. Ninguém imaginava que de um momento para o outro haviam salários reduzidos, e níveis elevados de desemprego e, por outro lado, o fim de linha de muitas empresas e indústrias. Muito embora nenhum município, incluindo o Município da Lousã, tenha capacidade financeira para lidar com a realidade da Covid-19, com todas as suas consequências, afirmou que o PSD vê que, também, existiu e existe uma incapacidade política e falta de resistência e aceitação branda e resignada num montante em cerca de quatrocentos e trinta mil euros no fundo em cerca de dez milhões de euros para três concelhos da região. Deixou a questão: que perspetivas, que futuro e que ajuda devem os munícipes esperar e qual será a resposta e postura do município face às decisões unilaterais que governam e à desconsideração que se manifesta pelas autarquias e pelas necessidades prementes das mesmas. ----------

Marco Aurélio Sequeira interveio para dar nota que a Câmara Municipal, neste ano letivo, à semelhança de anos anteriores, apoia todos os alunos do 1° cliclo com oferta de caderno de atividades, complementando assim a oferta dos livros escolares por parte do governo. A todos os alunos do escalão A e B, foram oferecidos os materiais escolares necessários para aprendizagem. Estes apoios significam um investimento de vinte e dois mil e quinhentos euros a juntar a outros apoios prestados, tais como: ação social escolar, tarifas sociais, refeições, transportes escolares dentro e fora do concelho, diversos projetos educativos, entre vários outros apoios sociais. Estas medidas tomam especial importância no momento que se está a viver, dado os esforços que toda a comunidade educativa tem feito para que num ano, especialmente complexo, tudo corra dentro do previsto. Ainda na área da educação, destacou e felicitou os novos estabelecimentos de ensino do concelho que

foram galardoados com a Bandeira Verde ECOESCOLAS. Estes prémios são o reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas escolas no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade. ----------

Sérgio Pedroso usou da palavra começando por questionar o ponto de situação da desagregação da Freguesia de Vilarinho, uma vez que se está a chegar ao final do ano e o assunto parece ter ficado no esquecimento. Seguidamente apresentou parabéns e felicitações à direção da ADIC, pelas instalações e aos atletas lousanenses que alcançaram excelentes resultados nas várias modalidades que representam. Em relação às obras de requalificação que se verificam um pouco por todo o Centro da Vila da Lousã, à exceção da obra do cineteatro, perguntou qual a previsão das suas conclusões, visto que foram adjudicadas em parte, através de fundos comunitários e estes obedecem a critérios rigorosos. Em relação ao MetroBus, disse desejar que brevemente estejam todos em Serpins para reinaugurar o traçado de Serpins – Coimbra e não a fazer mais um protocolo ou inauguração de consignação qualquer. Em defesa da sua palavra, deixou claro que sempre respeitou e respeita todos os funcionários da Câmara Municipal como das Freguesias do Concelho e quando na sua intervenção referiu que a Lousã estava suja, com muita falta de limpeza, nomeadamente nos passeios e margens de estradas, não estava a querer dizer que a culpa era dos funcionários. Será certamente falta de verbas para o efeito.

Isabel Seco começou por dizer que se ia referir no seguimento de anteriores intervenções, mas dada a importância do assunto considerou que deveria reiterar e repetir o assunto. Referiu-se a uma denúncia da Associação de Proteção e Conservação da Natureza, conhecida por MilVoz, nas redes sociais e também no jornal O Público de um alegado atentado ambiental levado a cabo, alegadamente, pelo ICNF na Serra da Lousã que referem que há marcação de largas centenas de árvores para abate por este Instituto Estatal na área dos Baldios do Candal, desde a Catraia até ao Trevim. A referida Associação diz que estão perante um atentado ao património natural, paisagístico e turístico de uma das zonas mais ricas da região. Disse que estão marcadas várias espécies de árvores e deu como exemplo: carvalhos-alvarinhos, carvalhos-negrais, castanheiros, bétulas, freixos, pinheiros-negros, entre outras espécies. Perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se pode

prestar mais informações à assembleia sobre este assunto e, a confirmar-se esta possibilidade de abate de árvores autóctones o que é que o Executivo pretende fazer.----------

João Duarte cumprimentou a todos com especial deferência o público presente. Felicitou o facto da sessão da assembleia ser descentralizada que, desta forma, permite a participação de todos quantos têm interesse em colocar questões. Em seguida, referiu-se ao mau funcionamento do SNS – Serviço Nacional de Saúde, por escassez de recursos humanos e por incompetência do Estado que os deixa abalados. Devido à pandemia da Covid-19, os doentes com outras patologias não tiveram as suas consultas presenciais e passaram a ser atendidos por email e telefone. O jornal O Trevim deu nota numa notícia que havia mil e seiscentos lousanenses sem médico de família. Em nome do Grupo Municipal do PSD perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se teve conhecimento desta situação e se fez diligências junto da ARS Centro.----------

Pedro Santos cumprimentou a todos dizendo que desde o início da Covid-19 ainda não tinha tido oportunidade de estar presente. Deixou uma palavra ao SNS, dizendo que foi complicado, mas com resiliência foram dadas provas que o serviço funciona e que podemos contar com o SNS, serviço público. Apresentou uma declaração de interesses, na qualidade de membro da Associação de Recuperação do Talasnal, disse que em consciência, não podia deixar passar esta oportunidade para realçar o alerta. Disse estar verdadeiramente preocupado com a escala que está a atingir e vai continuar o corte de árvores na Serra da Lousã, toda a gente sabe e ninguém duvida que é uma atração turística, desportiva, cultural e uma enorme riqueza biológica. Reiterou a sua preocupação, e chamou a atenção para o potencial de risco que se estende, sobretudo no inverno, com o movimento de massas e enxurradas que poderão ocorrer com as consequências daí decorrentes. Deixou um conjunto de dúvidas para reflexão como quem fará a reflorestação e de que forma.----------

Helena Correia interveio referindo-se à questão do corte de árvores na Serra da Lousã e da marcação para o abate de árvores. Pelas anteriores intervenções disse entender que é um assunto que preocupa toda a gente. Levantou a questão da reflorestação com regras, no caso do corte que

fizeram na zona do Vaqueirinho. Questionou objetivamente, se existe alguma norma que obrigue a reflorestação autóctone, uma vez que se trata de uma relação de privados.----------

João Pereira usou da palavra para reportar que a Praia Fluvial Senhora da Graça, em Serpins, com as cheias de janeiro ficou completamente degradada, entretanto, com a ajuda da Câmara Municipal e grande sacrifício por parte da Junta de Freguesia, foi possível renovar toda a zona e colocar o espaço a funcionar agradavelmente. Deu nota de que foi com muito gosto que assistiu à grande afluência de pessoas durante o período estival. Relativamente ao MetroBus afirmou que foi com grande satisfação que assistiu à assinatura do contrato de consignação feito pelas IP, por forma a levar a bom porto o desejo das populações desta zona, entre Serpins e Coimbra. ----------

Joel Fernandes começou por se referir à pandemia dizendo que estão perante um desafio para o qual ninguém estava preparado. Estão habituados a medidas estratégicas para resolver os problemas e esquecem-se que a pandemia pede exatamente o contrário. Apelou para que cada um possa fazer a sua parte, caso contrário, não há forma de resolver o problema desta crise, que não é uma questão económica, foi um problema sanitário que originou esta crise. Manifestou a sua preocupação relativamente às modalidades de desporto coletivas, numa altura em que é necessário o isolamento. As modalidades coletivas sofrem bastante mais que os desportos individuais, porque é possível um atleta ir correr para a serra, mas o mesmo não acontece com uma modalidade coletiva porque não se consegue o distanciamento social necessário. Recordou que o Município da Lousã foi distinguido como Município Amigo do Desporto e, recentemente, a Câmara Municipal deliberou atribuir um apoio às coletividades desportivas para a melhoria das suas instalações desportivas que hoje, mais do que nunca se justificam somando-se a outros apoios que presta, anualmente. Disse que depois de passar esta pandemia, que ninguém sabe quando, todas as coletividades desportivas coletivas necessitarão de um apoio especial por parte da autarquia que, tal como a educação e o desporto, contribui para a formação dos jovens, pelo que deixou um apelo ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** para estar sensível a esta questão.----------

Ana Paula Sançana usou da palavra para se referir ao início do novo ano letivo e à ansiedade generalizada de alunos, encarregados de educação, e comunidade escolar pelo período difícil e complexo que se vive com a pandemia da Covid-19. Disse que foi um conjunto de novos desafios, novas formas de estar e socializar que se impuseram sem saber os reflexos e consequências que tudo isto trará para o futuro ao nível da sociedade. Associou-se às palavras proferidas por **Conceição Loureiro**, quanto às medidas de segurança, ou falta delas em relação às crianças. Todos têm que se adaptar e, nas escolas, por muito boa vontade que exista por parte das direções dos Agrupamentos e Autarquias não há uma solução próxima e tudo isto deixa uma grande incógnita e preocupação. Em nome do Grupo Municipal do PSD endereçou votos para que o ano letivo decorra com a máxima normalidade possível e deu uma palavra de apreço ao trabalho que tem sido desenvolvido pela autarquia e Agrupamento Escolar. Desejou muita coragem aos professores, e a todo o pessoal que está na frente, não esquecendo de referir que existe falta de pessoal auxiliar educativo para o qual o Agrupamento e autarquia estão a tentar colmatar a situação. Pediu esclarecimentos ao **Senhor Presidente da Câmara** sobre o seguinte: disse ter chegado ao conhecimento do PSD que a lotação dos autocarros escolares estava a funcionar com excesso de passageiros, inclusivamente, que alguns alunos tinham necessidade de ir de pé. Também lhe foi reportado que entre o penúltimo autocarro e o último, existe um período de espera maior que o desejável, sendo que os alunos que saem depois das dezassete horas, muitas das vezes, têm que estar quase uma hora à espera de transporte. Referiu ainda um caso em que uma criança que ingressou agora no primeiro ano do ensino básico, residindo proximamente à escola da Lousã, não teve colocação e foi colocada em Serpins, o que a confirmar-se este facto, disse ser lamentável sujeitar uma criança a uma maior deslocação com escola próxima da sua residência. Perguntou ainda para quando está prevista a remarcação da sinalização horizontal, principalmente, na zona da Escola Secundária, porque agora começa a ter maior afluência. Levantou ainda outra questão que tem a ver com o impedimento de circulação de viaturas pesadas de aceder a Foz de Arouce, situação que se vem arrastando há cerca de um ano e meio, perguntando para quando está prevista esta

regularização de trânsito e sugeriu colocação de sinalização, em tempo, na Estrada da Beira, no sentido Coimbra – Lousã. Concluiu a sua intervenção a questionar qual é o laboratório responsável pela realização das análises de água que são publicitadas nos Editais.----------

João Pedro Melo cumprimentou a todos os presentes com especial deferência as pessoas da "*Freguesia de Vilarinho*" ali presentes. Insistiu em clarificar que, ao contrário do que se tem dito, a freguesia não foi extinta, não é uma "*ex freguesia. Existe e muito viva.*" Disse que espera que dentro de algum tempo quando fizerem a reinauguração da Junta de Freguesia de Vilarinho, pudesse ouvir da parte de um membro do governo pedir desculpa aos Vilarinhenses, ao povo da Lousã, à memória dos Vilarinhenses e aos eleitos de Vilarinho, e a todos aqueles que tinham a justa expetativa de serem eleitos e reeleitos pelo trabalho que fizeram e que foram impedidos, não pelo voto popular, mas por uma medida, meramente, administrativa. Em nome do Grupo Municipal do PS, reconheceu o esforço e glorificou a memória dos cinco bombeiros que faleceram no país, dois pilotos de combate a incêndio, para além de um número elevado de feridos que deram a vida a defender o património florestal do país. Destacou o bombeiro José Augusto Dias Fernandes que deu a vida a defender o património do Concelho da Lousã. Afirmou que urge resolver a questão do ordenamento florestal com um Plano Nacional. Os governos sucessivos têm falado nesta problemática, e têm falhado. Recordou o ano de dois mil e dezassete, e a intervenção bastante inflamado do Ministro da Agricultura, recordou, igualmente, que existe legislação, mas que não é fiscalizada, nem cumprida e não há quem o faça. Afirmou que o que se vê é uma "*grande confusão na nossa floresta*" e os incêndios florestais cada vez têm maior complexidade de combate, não como alguns dizem, porque são bombeiros voluntários, mas porque esta complexidade cria muitas dificuldades ao combate aos incêndios e faz com que as vítimas sejam em maior número.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar os esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos ao período antes da Ordem do Dia.----------

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou a todos e assinalou o gosto em estarem em Vilarinho e por terem tido público presente e ainda o orgulho e satisfação por estar em trabalhos finais de conclusão o Edifício da ADIC que

valoriza não só Vilarinho, mas o Concelho todo, pela resposta que irá dar à comunidade em áreas importantes em termos de assistência, a qualidade de vida e serviço de apoio à população. Sobre a EN 2, disse que é um produto em termos de turismo a ter um acréscimo, e a Lousã, apesar de ter uma extensão reduzida e num ponto extremo do concelho, as pessoas fazem o desvio e continuam a visitar o concelho e a usufruírem dos serviços, nomeadamente, alojamento e restauração, o que para si este retorno é o mais importante. Relativamente ao carimbo, esclareceu que podem ser diferenciados e, no caso da Lousã, tem a referência de um elemento icónico do concelho que é o Castelo. Em relação ao marco e ao painel, de acordo com a informação que dispõe, informou que está em vias de concretização. Reconheceu a importância deste produto, da expressão acrescida e da atração aos territórios levada a cabo desta forma pela associação, desejando uma valorização contínua para a mesma. Formulou votos para toda a comunidade escolar de um bom ano letivo, reconhecendo que estão todos confrontados com muitos e novos desafios na vida em função da situação pandémica que tem impactos transversais, neste regresso à escola depois da pausa forçada. Terá que existir a colaboração, compreensão e o compromisso de todos para que as atividades letivas em regime presencial corram da melhor forma possível. Disse que tem acompanhado o processo e tem estado em várias reuniões, e o Ministério da Educação e o Senhor Ministro da Educação reconheceram que algumas das medidas, em função da estrutura física das escolas, cada agrupamento teria que fazer o melhor possível dentro das condicionantes existentes e executar os ajustamentos necessários, defendendo a importância do regime presencial em alguns ciclos de ensino, não só pela aprendizagem, mas também pela socialização. Frisou que a Câmara Municipal tem estado atenta a todas as situações, para além das suas competências, no sentido em que exista a máxima tranquilidade, segurança e confiança de todos, com a plena consciência de que o regresso à escola traria riscos adicionais, nomeadamente, o potencial de contágio. Agradeceu à Comunidade Educativa e a todos os intervenientes o esforço e exigências adicionais e disse entender as angústias reais e legítimas que foram aqui expostas. Relativamente à iluminação de Natal, informou que o processo está em análise, ainda não há decisão final, até porque se desconhece o

desenvolvimento da pandemia e por conseguinte, das medidas de contingência. Quanto às obras do MetroBus, deu nota que já começaram com trabalhos preparatórios com início Serpins – Alto de S. João. Informou que, hoje mesmo, teve lugar uma reunião de trabalho na Câmara Municipal com os diversos responsáveis deste processo, a fim de delinear os detalhes e funções de cada um destes responsáveis e entidades intervenientes para a execução e acompanhamento das obras. Disse que a cerimónia que teve lugar em Serpins, no passado dia onze de setembro, não foi uma promessa, foi um ato concreto e deu início a trabalhos concretos no terreno. Sobre as janelas do Edifício dos Paços do Concelho disse que já tinha prestado essa informação na passada sessão e nada mais tem a acrescentar ao que informou. Relativamente ao lixo no chão, concordou que é uma situação que revela falta de cidadania e formação cívica. Confirmou que existe a possibilidade de aplicação de sanções, não existem é meios de fiscalização. A Câmara Municipal, em diversos pontos considerados de procura turística está a reforçar a colocação de equipamentos de deposição de lixos e até aqueles que têm capacidade de seleção para reciclagem. Sobre a regeneração urbana desejou que as intervenções em curso sejam concluídas o mais rapidamente possível, a fim de deixarem de constituir incómodos e constrangimentos para os munícipes, contudo, o tempo de conclusão não coloca em causa a perda de fundos comunitários. O prazo de execução das obras do cineteatro são cerca de catorze meses. Relativamente ao acesso às novas instalações da ADIC, deu nota que há conhecimento e perspetiva de colaboração por parte da Câmara Municipal, estando em análise a viabilidade de compra e venda para o investimento que ali tem que ser executado. As infraestruturas para a colocação do PT que está a ser instalado, não são apenas para abastecimento elétrico às instalações da ADIC, são, também, para melhorar o abastecimento de energia elétrica à zona central de Vilarinho que apresentava algumas debilidades na variação e intermitência de energia que era sentida até na iluminação. O programa de coesão surgiu de força política de municípios, como a Lousã e associações como a Dueceira. Informou que este programa é destinado a territórios de baixa densidade. Relativamente à procura superior à dotação, aceitou como sendo um dado positivo. Disse ter estado numa reunião com a Senhora

Ministra da Coesão Territorial, ministério responsável por este programa, e teve oportunidade de dizer que esperava que a Senhora Ministra, desse cumprimento áquilo que anunciou, previamente, e, caso exista maior procura, haveria a possibilidade de fazer reforço da dotação, desconhecendo ainda o montante deste, porque é necessário fazer, previamente, a avaliação técnica do mérito das candidaturas. Associou-se às referências proferidas relativamente ao prémio das ECOESCOLAS e aos resultados alcançados pelos jovens atletas do Concelho em diferentes modalidades que vão comprovando a dinâmica e qualidade que a comunidade tem em diferentes dimensões. Considerou a intervenção de **João Duarte** relevante e pertinente, relativamente aos impactos e danos colaterais da Covid-19. Sobre a falta de médicos de família, informou que já há algum tempo, a Câmara Municipal tem conhecimento desta situação e foram feitas várias diligências e alertados os responsáveis para a resolução do assunto, embora sem competência para intervenção direta no processo. A última informação de que dispõe, é que está para muito breve a resolução deste assunto. Sobre a questão se existe obrigação de reflorestação, nos casos de domínio privado, respondeu que, de momento, não tem absoluta certeza, mas pensa que não, todo o modo, a situação não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Em informação de última hora, deu conhecimento de que o ICNF, fez um esclarecimento no que diz respeito à identificação de árvores para abate na zona Trevim com o seguinte teor: "*Face à identificação de uma situação de marcação de árvores para abate no concelho da Lousã, e com o intuito de esclarecer a opinião pública face às notícias relativas a esta ocorrência, vem o ICNF informar o seguinte: O local em causa foi originalmente identificado para integrar a Faixa de Interrupção de Combustíveis da Rede Primária, que se encontra a ser instalada no território continental, tendo como objetivo a prevenção estrutural contra incêndios rurais; No entanto, face à identificação das caraterísticas ecológicas do local e dos valores em presença, o ICNF propôs em janeiro de 2020 à Autarquia da Lousã a alteração do traçado previsto, de forma a proteger estes valores, designadamente os conjuntos arbóreos existentes; A proposta de alteração de traçado foi aprovada em Comissão Municipal de Defesa da Floresta da Lousã em maio último, estando nesta fase em conclusão o referido processo de alteração de traçado,*

aguardando apenas a sua publicação. Tendo em consideração os factos ocorridos, em concreto a marcação indevida e extemporânea das árvores em causa, foi a esta data determinada pelo Conselho Diretivo do ICNF a abertura de inquérito tendo em vista apurar as responsabilidades no sucedido. Importa ainda esclarecer que a Instalação e manutenção das redes de defesa da floresta contra incêndios são antecedidas de uma avaliação dos valores em presença, tendo em vista a sua preservação. Dessa avaliação decorrem os necessários ajustes aos traçados definidos, assegurando a necessidade de proteger esses valores sem colocar em causa a eficácia destas redes, uma vez que estas são também uma garantia da proteção dos valores ecológicos." Sobre a intervenção de fundo da Praia Fluvial de Serpins, informou que está orçamentada em valores bastante elevados, foi identificada e enviada para o Ministério, no sentido de vir a ser criado um fundo que permita recuperar dos danos da tempestade Elsa e, até ao momento, não há enquadramento que permita qualquer iniciativa. Sobre o impacto da Covid-19 nos desportos coletivos e nos condicionamentos existentes, afirmou que todas as áreas necessitam de uma atenção especial, não apenas o desporto como também a educação, saúde, cultura, entre outras. É uma exigência acrescida e uma preocupação do tecido associativo em geral. Relativamente aos horários e transportes de alunos, disse que existem sempre este tipo de constrangimentos. É muito difícil o exercício de conciliar os horários e critérios de laboração de horário letivo com as condicionantes adjacentes. Neste momento, a Lousã está a trabalhar no sentido de otimizar o serviço o que em relação a outros municípios, que nem sequer o têm, já é muito bom. Relativamente à criança que não foi colocada na Lousã, por falta de vaga, deu nota que a responsabilidade não é da Câmara Municipal, mas sim do Agrupamento de Escolas que aceita as inscrições e gere o processo segundo as regras e normas que também tem que cumprir. Relativamente à sinalização horizontal junto à Escola Secundária e outros pontos, informou estar previsto executar uma melhoria nos pontos mais críticos e, a partir do início do próximo ano, terão uma intervenção ao nível do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, para criação de uma melhor circulação pedonal e ciclável. Em relação ao pontão de Foz de Arouce, informou que esta semana teve lugar uma reunião para avaliação da

situação, a fim de se equacionar a melhor solução e vai solicitar aos serviços o reforço de sinalização para melhorar a informação aos automobilistas. O laboratório responsável pelas análises de água, neste momento da responsabilidade da APIN, é o CESAB que é o mesmo laboratório que prestava esse serviço à Câmara Municipal. Associou-se ao reconhecimento aos bombeiros e às palavras proferidas por **João Pedro Melo** aquando da sua intervenção.----------

---

O Senhor Presidente da Mesa agradecendo antecipadamente, solicitou a todos os que pretendessem usar da palavra que fossem o mais objetivos e sucintos possível nas questões que colocam.----------

---

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, (doc. nº 1 – (um)).----------

Inscrições: Aires Ventura, Pedro Santos, Sérgio Pedroso, Luís Martins, João Duarte, Margarida Correia, Joel Fernandes, Ana Paula Sançana, João Pedro Melo e Maria da Conceição Loureiro.----------

Aires Ventura usou da palavra para se referir à parte da Divisão Financeira – Aprovisionamento, onde estão indicados que foram realizados 636 (seiscentos e trinta e seis), Ajustes Diretos com convite a uma entidade e 222 (duzentos e vinte e dois), com convite a várias entidades, pelo que em nome da transparência, no entendimento do BE esta situação deve ser corrigida, futuramente.----------

Pedro Santos realçou a inauguração das obras do Percurso Pedonal e Obras de Requalificação e Acessibilização da Piscina Natural da Senhora da Piedade, no dia onze de setembro. Disse que esta intervenção contemplou a construção de um percurso pedonal desde o Cabo do Soito e as Piscinas do Burgo, além de diversas melhorias naquela zona. Adiantou ainda que, com esta modernização, foi efetuada uma valorização muito significativa no Complexo Turístico e Religioso, tendo-se já refletido, este ano, no aumento de procura turística com todos os benefícios económicos que daí advém para o concelho.----------

Sérgio Pedroso começou por dizer que devido ao surto da Covid-19, este ano está a ser atípico, mas, ainda assim, o PSD pergunta em relação ao mesmo período, em comparação ao ano de dois mil e dezanove, a que se deve o decréscimo no montante de cento e treze mil trezentos e quarenta e oito euros, nos recebimentos e, mais grave, o decréscimo de quinhentos e vinte e seis mil duzentos e sete euros nos pagamentos. Uma vez que compete à autarquia pagar à APIN os valores referentes aos custos com as tarifas sociais de água, bem como os resíduos de tarifas bonificadas, qual a razão pela qual ainda não o fez até à data. Deu nota, que na informação prestada não é indicado os prazos de pagamento que o município está a praticar, apenas tem conhecimento de que não existem pagamentos em atraso e que cumpre o limite da dívida total com uma margem bastante confortável. No que diz respeito ao resultado esperado para o ano de dois mil e vinte e porque se prevê um ano muito negro, perguntou qual a perspetiva e plano que o município está a ponderar implementar ou se já implementou de inverter estes resultados.----------

Luís Martins fazendo uma análise da situação financeira, na execução da Receita, não se pode ter comparabilidade da rubrica vendas e bens e serviços correntes uma vez que os serviços relativos a águas, resíduos e saneamentos deixaram de ser prestados diretamente pela autarquia. Nas rubricas de Taxas, Multas e outras penalidades e os Impostos Indiretos, nesta rubrica, está a ter consequência na cobrança da receita a pandemia que afeta a todos, por duas razões que viu: ou porque a autarquia entendeu não cobrar taxas, como por exemplo as taxas das esplanadas, ou porque a pandemia impossibilita a arrecadação das receitas, por exemplo, as receitas provenientes das piscinas. Nas receitas de Capital, as receitas cobradas estão associadas às transferências de capital provenientes dos financiamentos comunitários e nacionais, assim como os empréstimos contratualizados para a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que todos têm testemunhado. Do lado da Despesa, - a despesa corrente previsional neste indicador é superior à receita corrente provisional. É justificado pelas despesas que o município teve de efetuar no sentido de fazer face à prevenção, controlo e mitigação da doença. Dada a extensão da pandemia é previsível que a autarquia tenha que fazer um esforço de cariz ainda mais social, no

sentido de ajudar munícipes e empresas do município, no que é possível, a ultrapassar esta situação de todo anómala. Todavia, a legislação suspende a aplicação do cumprimento da regra orçamentada na ótica receita corrente, despesas correntes, este ano. Os demais indicadores realçam o cumprimento da regra do equilíbrio e deu ênfase a esta nota, é muito importante que o município tenha um histórico de contas equilibradas, como sempre testemunhou. O momento económico, social e financeiro que se está a viver e que irá perdurar nos próximos tempos, se não houvesse contas equilibradas, a situação era mais difícil de gerir.----------

João Duarte questionou o teor da reunião que o **Senhor Presidente da Câmara** teve com a Senhora Secretária de Estado da Educação, tendo em conta que o ano letivo já teve início e, eventualmente, houve questões que a ele diz respeito que foram faladas e serão do interesse da assembleia ter conhecimento. Relativamente à empreitada de regeneração urbana, na Praça Cândido dos Reis, demonstrou o seu desagrado relativamente à solução dos bancos colocados naquela praça comparativamente aos que existiam anteriormente, considerando-os desajustados.----------

Margarida Correia intervindo para falar sobre a informação escrita do **Senhor Presidente da Câmara** sobre a Atividade Municipal, referiu-se ao que diz respeito à criação, tomada de posse e início dos trabalhos do Conselho Consultivo Estratégico para a recuperação da pandemia Covid-19. Questionou o **Senhor Presidente** sobre os trabalhos que tenham sido já desenvolvidos e de evidenciar esta nova perspetiva, da recuperação. Ultrapassada a fase inicial de adaptação à pandemia, é muito importante começar a recuperar, o que está bem presente nas várias intervenções que têm sido feitas hoje. O retomar da normalidade dentro do possível da vida das pessoas, como seja por exemplo, o início do ano letivo, para além de analisar o impacto da pandemia, também é importante perspetivar a recuperação. Evidenciou a celebração dos protocolos nas várias atividades, já habituais, da autarquia, como por exemplo, o Programa das Férias Ativas, Oficina de Segurança e o Lousã a Mexer. Disse, a concluir, que é fundamental manter as atividades com a devida segurança que tinham os benefícios já conhecidos numa perspetiva, igualmente, de continuidade e perseverança para se ultrapassar esta situação. ----------

Joel Fernandes referindo-se ao MetroBus, afirmou que a posição do Grupo Municipal do PS se mantém atenta como já tem sido dito em outras ocasiões. Agora estão mais satisfeitos porque acabaram as promessas e as obras começaram. Ficarão plenamente satisfeitos quando o projeto estiver concluído e quando poderem fazer a viagem que tanto anseiam. Referiu ainda a reabertura do equipamento de grande importância cultural que é o Museu Etnográfico Dr. Louzan Henriques que sofreu um processo de remusealização que vem conferir mais atratividade e dinâmica ao concelho. -

Ana Paula Sançana começou por expressar o seu desagrado pela forma hermética como o ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos é tratado nas sessões ordinárias desta assembleia, até porque, no seu caso, apenas pretende fazer uma reflexão sobre o MetroBus, não tem perguntas para endereçar ao **Senhor Presidente da Câmara**. Ainda assim, e pese embora não concorde com a filosofia imposta pela Mesa, guardou a sua intervenção para este momento. Pretendia deixar o registo de que o dia onze de setembro foi histórico por razões extremamente positivas para a região. Disse ter ficado muito agradada com o discurso do Senhor Ministro das Infraestruturas e com a hombridade que teve ao assumir um pedido de desculpas por parte do governo e por admitir que se esta obra fosse na área metropolitana de Lisboa ou do Porto, talvez não tivesse demorado os anos todos que demorou. Salientou que não é apenas um meio de transporte, é dar mais dignidade a todas as pessoas que necessitam dele e é, também, dar uma alavanca e uma ferramenta importante que para estes concelhos, região e tecido económico, possam ter maior desenvolvimento com a fixação de população e investimento. Afirmou ter, igualmente, apreciado as palavras por parte do responsável da empresa que vai fazer a construção que disseram que vão ser implacáveis com os prazos, o que no seu entendimento é bom porque atrasos já existiram muitos. Concluiu dizendo que está confiante e espera que daqui a dezoito meses não venha a fazer um discurso contrário, mas não é isso que o PSD deseja, "é *precisamente que corra bem.*" ----------

João Pedro Melo questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre o teor da Assembleia Geral da ADXTUR e sobre eventuais constrangimentos deste projeto e os sucessos que as aldeias serranas têm tido. Referindo-se ao MetroBus disse que é o projeto estruturante para o concelho e para a região,

que passou por diversas vicissitudes, mas, finalmente, merece congratulação por parte do PS pela solução apresentada. Recordou que o PS nunca ficou refém de promessas e palavras e sempre lutou por uma solução. Uma vez que está em fase de obra no terreno, o PS está confiante. Afirmou, tal como disse **Ana Paula Sançana** que lhe agradou muito o discurso do Senhor Ministro das Infraestruturas apresentar um pedido de desculpas do Estado, mas que gostava que todos aceitassem que o pedido de desculpas fosse aceite no dia da primeira viagem. É isso, para já que interessa. A preocupação que o Senhor Ministro demonstrou e que já foi falada nesta assembleia, quando afirmou que se esta obra fosse na área metropolitana de Lisboa ou do Porto, talvez não tivesse demorado os anos todos que demorou, é o problema com o qual as autarquias se debatem diariamente em que têm que lutar contra o Poder Centralizado, daí que, citando: *"eu, pessoalmente, sou um defensor da regionalização não como uma fonte de jobs for the boys, mas para levar a voz, levar o Poder, junto da população, junto daqueles que menos oportunidade têm de ser ouvidos. E este, foi um caso flagrante. Nós fomos várias vezes a Lisboa, nós lutámos e não era fácil sermos ouvidos. Agora, fomos ouvidos pelo governo do Partido Socialista e, acredito, que seremos ouvidos até à primeira viagem."*----------

Maria da Conceição Loureiro interveio muito rapidamente para elogiar as obras de requalificação do Museu Etnográfico Dr. Louzan Henriques, até porque é uma mais-valia para deslocação dos alunos, dada a proximidade a que estão da escola. ----------

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas, começando por dizer que têm que ser melhorados os processos de contratação pública e que as consultas são feitas a mais do que uma entidade. No entanto, registou a observação procurando melhorar a informação prestada. Foi feita a inauguração simbólica do Percurso Pedonal e Obras de Requalificação e Acessibilização da Piscina Natural da Senhora da Piedade porque se tratava de um Projeto financiado, cuja entidade financiadora tem por preceito inaugurar os projetos que financia. Entende que foi uma intervenção muito relevante porque é um bom percurso e uma acessibilidade muito boa, criada entre o Cabo do Soito e o Castelo e depois, entre o Castelo e as Piscinas com as vertentes de lazer e turismo. A procura

tem sido boa e tem trazido outros desafios onde a Câmara Municipal permanece atenta e irá implementar tanto quanto possível e segundo as características que o espaço apresenta, medidas que mitiguem alguns dos problemas de crescimento e falta de bom senso de civismo relativamente a alguns utilizadores de alguns espaços destes. Na informação de que dispõe não analisa decréscimo de pagamentos, a informação da atividade financeira prestada indica melhorias. Nos recebimentos há decréscimos, nas receitas próprias e decorrente de algumas decisões tomadas pelo município, que abdicou de uma componente com significado de receitas próprias e receitas de participação de impostos nacionais, também há, até ao final de agosto um fluxo de recebimentos cronológicos decrescentes motivados pelos recebimentos que não foram concretizados nos mesmos timings de anos anteriores. Relativamente à APIN, informou que não há apenas pagamentos, também há recebimentos. Há pagamento dos autoconsumos, do tarifário social e do tarifário Covid-19. Mas, de acordo com o protocolo estabelecido também há verbas a receber pelos serviços prestados. Relativamente ao resultado líquido do ano de dois mil e vinte, a perspetiva mantem-se em valores negativos, independentemente de algumas medidas já implementadas e outras a implementar. A reunião com a Senhora Secretária de Estado da Educação teve vários pontos, nomeadamente, a abertura do novo ano letivo, e concretamente a necessidade de colocação de auxiliares educativos nas escolas que estão afetas ao Agrupamento de Escolas. O entendimento do Ministério da Educação continua a divergir, em alguma medida, com o Ministério das Finanças que não dá autorização para aumentar a dotação financeira para esse fim. Nesta reunião também foram abordadas outras questões, como a requalificação da Escola Secundária da Lousã. Quanto aos bancos na Praça Cândido dos Reis disse que, efetivamente, não correspondem ao projeto e, como tal, vão ser feitas correções. Informou que o Conselho Consultivo reunirá no dia seguinte, a primeira reunião foi para fazer o ponto de situação de pessoas e entidades relativamente à pandemia que se está a viver e aos desafios que coloca. Houve contributos e apresentação de sugestões pertinentes que foram devidamente analisadas e tratadas. Foi feito um memorando que foi remetido ao responsável governativo designado para acompanhar a Região Centro, no

que respeita à pandemia. Na reunião de amanhã, pretende-se recolher os contributos e opiniões relativamente a algumas situações e eventuais medidas que a Câmara Municipal possa vir a desencadear. Foram ainda celebrados protocolos para as Atividades de Tempos Livres e Atividades de Apoio à Família com um investimento financeiro maior e com um período temporal menor, porque atendendo às circunstâncias que se estão a viver, é necessário fazer reavaliação para a necessidade de eventuais ajustamentos. Sobre o MetroBus, enalteceu a importância do momento e reiterou que os trabalhos já estão em desenvolvimento e que estará mais satisfeito quando poder viajar. Disse que foi satisfatório o discurso do Senhor Ministro das Infraestruturas e ver a sua concretização, na prática, será ainda mais satisfatório. Afirmou que se trata de um projeto muito importante para o concelho e para a região e frisou que existe um compromisso forte e envolvimento do governo na concretização deste processo. Recordou que nesse mesmo dia também foi resolvido outro problema que se arrastava já há algum tempo que tem a ver com a abertura do canal da baixa, em Coimbra. Deu nota que não foram feitos convites mais alargados, conforme seria seu desejo, nomeadamente aos membros da Assembleia Municipal, para a inauguração da reabertura do Museu Etnográfico Dr. Louzan Henriques, porque o espaço não tem as características físicas necessárias de acordo com as recomendações da Direção Geral de Saúde. A Assembleia Geral da ADXTUR foi para tratar diversos assuntos onde a Câmara Municipal realçou os desafios e procura crescente. Foi deliberado apresentar posições que serão encaminhadas para diferentes organismos no sentido de discriminar, positivamente, os micro e pequenos agentes destes territórios e a necessidade de flexibilizar algumas regras de acessos a fundos de apoio comunitários.----------

---

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

2 - Apreciação e votação de autorização de recurso à Linha BEI PT 2020, com o objetivo de financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento aprovados no âmbito do Programa Portugal 2020, (doc. nº 2 – (dois)).----------

Inscrições: Maria da Conceição Loureiro. ----------

Maria da Conceição Loureiro interveio para confirmar se este empréstimo é destinado a ser contraído pela APIN com o avale dos municípios que dela

fazem parte e em caso afirmativo, questionou quais serão as responsabilidades que o município assume. ----------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se trata de um empréstimo que tem a ver com a componente de autofinanciamento da APIN para a realização das candidaturas aprovadas no âmbito do POSEUR que já tinham sido faladas nesta assembleia. Esta linha de apoio presta condições de empréstimos bastante boas às entidades, motivo pelo qual foi entendido recorrer à linha BEI como sendo uma boa forma de fazer face a este volume de investimento. De acordo com a APIN e o facto de ter sido deliberado pelos municípios, estas decisões têm que vir sempre aos órgãos municipais. A responsabilidade da Câmara Municipal decorre do facto de ser participante/acionista de uma empresa desta natureza e a empresa terá a capacidade de honrar os compromissos relativamente à entidade que concede o financiamento. ----------

---

Colocada à votação a autorização de recurso à Linha BEI PT 2020, com o objetivo de financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento aprovados no âmbito do Programa Portugal 2020, foi aprovada por maioria com 19 (dezanove) votos a favor do PS e BE, 5 (cinco) abstenções do PSD e 1 (um) voto contra da CDU, quando estavam presentes na sala os vinte e cinco membros eleitos. ----------

---

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

3 - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior Residentes no Município da Lousã, (doc. nº 3 – (três)). ----------

Inscrições: Aires Ventura, Marco Aurélio Sequeira e Ana Paula Sançana. ---------

Aires Ventura, reportando-se à apreciação do Regulamento, levantou questões à alínea b) do nº 1 do artigo 15º e ao nº 2 do mesmo artigo - Cessação da atribuição da Bolsa. Afirmou que o BE não concorda com a expressão "indevidamente" e considera injusta a penalização da restituição das quantias recebidas em caso de mudança de residência para fora do concelho, uma vez que pode ser por motivo de força maior que o tenha que

fazer e, por outro lado ter passado a maior parte do ano letivo, neste concelho, como residente. Sugeriu alteração de redação a este artigo.----------

Marco Aurélio Sequeira disse que tal como está consagrada na Constituição Portuguesa todos têm direito ao ensino com garantia de igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. A educação é um dos principais impulsionadores para a evolução da sociedade, por isso deverá ser um objetivo das autarquias locais desenvolverem atividades e iniciativas que sejam facilitadoras do processo educativo. Estudar no ensino superior implica um conjunto de despesas extras que afeta o orçamento familiar o que leva a que alguns ainda tenham mais dificuldades. No seu ponto de vista, esta medida revela empenho e preocupação que existe por parte da autarquia. --

Ana Paula Sançana interveio começando por dizer que este tipo de apoios são importantes. O país precisa de qualificação e este tipo de mecanismos são muito importante para o desenvolvimento e oportunidades ao sucesso escolar dos jovens, tanto mais neste período que se vive onde as famílias estão com maiores dificuldades. Teceu alguns comentários ao Regulamento em análise porque disse ter algumas dúvidas, nomeadamente no artigo 4°, n° 1 – alínea e) – onde refere que o valor do património mobiliário de todos os elementos do agregado familiar não pode ser superior a vinte e cinco mil euros. Na sua perspetiva não está correto porque o património não está diretamente relacionado com o rendimento e faz mais sentido este teto entrar nos critérios de ponderação para elencar a ordem de admissão às bolsas. Depois perguntou se esta bolsa é apenas para os alunos que não viram as suas bolsas aprovadas pelo ensino superior ou os alunos poderão optar, e o que é que significa, citando: - *"um dos documentos que é necessário apresentar, é o comprovativo do pedido de indeferimento da bolsa. Ou seja, se o aluno quiser optar, pede o indeferimento da bolsa que lhe foi atribuída? É uma desistência da bolsa do ensino superior?"* Relativamente ao artigo 7°, *"qual é que será o valor provisional dos montantes, uma vez que diz que será estabelecido anualmente, em orçamento municipal. Perguntou qual a percentagem do orçamento que representará. Quantas famílias poderá abranger esta verba? Só para nós percebermos em termos de significância o que é que poderá representar e, também, em que altura do ano será fixada a informação sobre os montantes da bolsa, uma vez que os alunos só se podem candidatar a esta*

bolsa, após saírem os resultados da qualificação das bolsas da Direção Geral do Ensino Superior." ----------

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as questões colocadas e disse que têm que ser estabelecidos alguns critérios, não obstante e por motivo devidamente justificado as candidaturas poderão ser atendíveis e merecerem o acolhimento devido. Esclareceu ainda que o aluno não pode acumular bolsas, o valor provisional é no montante de sete mil e quinhentos euros, as famílias e alunos abrangidos irá depender dos valores atribuídos e a altura do ano em que é apresentada será sempre no momento posterior ao estabelecido no ensino superior. Lembrou que para além de análise no Executivo Municipal, e por parte dos serviços da Educação e Jurídicos, este documento esteve em discussão pública e incorporou algumas das sugestões apresentadas. Face à pertinência das questões apresentadas, sugeriu por último que o Regulamento seja melhorado posteriormente a esta aprovação e remetido novamente a esta assembleia com as alterações introduzidas. ---------

O Senhor Presidente da Mesa colocou o documento à votação, conforme foi submetido com o compromisso de que, futuramente, este Regulamento possa ser revisto nos pontos e artigos mencionados pelos intervenientes e outros que entretanto se entendam oportunos e seja, novamente, submetido à apreciação e votação desta Assembleia Municipal.----------

---

Colocado à votação o Regulamento Municipal de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior Residentes no Município da Lousã, foi aprovado por unanimidade quando estavam presentes na sala os vinte e cinco membros eleitos.----------

---

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

4 - Apreciação e votação do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Lousã, (doc. nº 4 – (quatro)). ----------

Inscrições: Aires Ventura, Renato Ferreira e João Duarte.----------

Aires Ventura usou da palavra para dizer que este documento é uma repetição de muitos que têm sido elaborados há, pelo menos, vinte anos a esta parte. Recordou que houve um Plano Nacional de Defesa da Floresta, aprovado no ano de dois mil e seis e atualizado no ano de dois mil e quinze e

tinha como objetivo dar resposta aos grandes incêndios da última década, definir os objetivos de ações a implementar, assim como as metas e a responsabilidade a atribuir às diferentes entidades da Defesa da Floresta Contra Incêndios. A Estratégia Nacional para as florestas era na altura, a minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos, mas a realidade é diferente das previsões e estes documentos não tiveram grandes resultados práticos. Assim, o BE espera que as entidades que vão ser responsáveis para colocar em prática as ações descritas neste documento sejam mais profícuas que as antecessoras.----------

Renato Ferreira começou por dizer que de acordo com o artigo 4º do Despacho nº 443-A/2018, foi apresentado a esta assembleia o Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios que de forma geral e transversal contém as ações necessárias à Defesa da Floresta Contra Incêndios. Após análise partilhou alguns aspetos como a área florestal, a área agrícola, aumento de eucaliptos desde dois mil e catorze, aumento de 25% da área florestal, ou seja, área agrícola com abandono progressivo que deu origem a terrenos florestais. Lousã e Vilarinho possuem extensas áreas de espécies com elevada combustibilidade. A Freguesia de Serpins, maior área ocupada com eucaliptos, devido ao incêndio do ano de dois mil e dezassete que teve um aumento acentuado de espécies invasoras. Deste Plano realçou os cinco eixos estratégicos definidos, bem como os objetivos estratégicos operacionais que dele fazem parte. Tratando-se de um Plano, é necessário implementá-lo e fazê-lo cumprir, destacou pontos fulcrais como: a prevenção e a fiscalização. Destacou, ainda, os agentes de Proteção Civil que fazem parte integrante deste Plano pela importância que têm na sua concretização, nomeadamente a GNR, Sapadores Florestais, Gabinete Técnico Florestal e os Bombeiros Municipais da Lousã e Voluntários de Serpins que continuam no terreno, todos os dias a proteger a nossa floresta. ----------

João Duarte relativamente a este Plano, que é aprovado anualmente, referiu que os proprietários não cumprem, e o que se vê são verdadeiras "*bombas relógio*", as normas e faixas não são cumpridas, e um pouco por todo o país, está "*tudo ao abandono*". Deu nota que os eucaliptos que arderam, já rebentaram e estão com uma dimensão enorme em tão curto espaço de tempo, a vegetação rasteira já está quase tão alta como algumas árvores e

nada se tem feito. Concorda com a aprovação deste documento mas, reiterou que continuam a haver incêndios e a perderem-se vidas e se o governo não consegue fazer uma gestão do território como deveria fazer, as Câmaras Municipais têm o papel de sensibilizar, alertar e de multar, se for o caso. Concluiu dizendo que o Plano é importante, mas o que faz falta é cumprir o Regulamento. ----------

O Senhor Presidente da Câmara informou que se trata de um documento de obrigatoriedade legal que a Câmara Municipal desenvolve para cumprir as regras estipuladas pelo Estado Central. Concordou que não é um documento perfeito e refere-se a uma área onde há muito a fazer. A questão da propriedade é um problema no país e enquanto não for resolvida com legislação nacional vai ser muito difícil a gestão. Concluiu dizendo que a vigência deste tipo de Regulamento é para vigorar num período de dez anos.

Colocado à votação o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Lousã, foi aprovado por unanimidade quando estavam presentes na sala os vinte e cinco membros eleitos. ----------

---

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

5 - Apreciação e votação do Regulamento Geral de Serviço de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A., (doc. nº 5 – (cinco)).----------

Inscrições: Aires Ventura, Ana Paula Sançana e João Pedro Melo. ----------

Aires Ventura interveio para pedir esclarecimentos em relação à alínea t), do artigo 11º, perguntando aonde e como vão funcionar os serviços de atendimento aos utilizadores/munícipes, se será para continuar nos CTT como atualmente. ----------

Ana Paula Sançana usou da palavra para dizer relativamente a esta situação do Regulamento, citando: *"era mais que importante e necessário que existisse um regulamento próprio... nós vamo-nos abster nesta votação porque como o Senhor Presidente sabe, nós continuamos à espera de uma resposta da APIN relativamente a uma missiva que endereçamos e ainda não recebemos, não tivemos qualquer resposta desde março, acho que demos um prazo bastante*

alargado, aliás, nem deveria ser necessário dar um prazo, acho que o mínimo era responderem ou dizerem vamos analisar e depois respondemos, quando soubermos mais qualquer coisa deste assunto e isso não aconteceu, pelo que, enquanto a APIN não nos responder e não estabelecer uma comunicação connosco, acho que é o mínimo que se espera, nós não vamos aprovar nada que diga respeito á APIN."----------

João Pedro Melo interveio para dizer que este documento é um instrumento fundamental para o desenvolvimento da APIN em toda a região e o Grupo Municipal do PS considera ainda mais, é um documento que vem dar forma à defesa da população contra qualquer desvario que poderá haver em termos de APIN, bem como para qualquer reclamação, o que até agora tem sido feito de forma nem sempre muito bem contextualizada. ----------

O Senhor Presidente da Câmara em resposta disse que o atendimento dos serviços da APIN é feito na Estação dos CTT e a empresa está a fazer a avaliação para a eventualidade de poder vir a existir outras formas de atendimento. Relativamente à falta de recebimento de resposta da APIN, lamentou a ocorrência, porque estava convicto de que o PSD já teria recebido a resposta e disse que iria verificar o ponto da situação.----------

---

Colocada à votação o Regulamento Geral de Serviço de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A., foi aprovado por maioria com 18 (dezoito) votos a favor do PS e 7 (sete) abstenções do PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala os vinte e cinco membros eleitos.----------

---

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

6 - Apreciação e votação da adesão ao regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos no âmbito do Decreto-Lei nº147/2017, de 5 de dezembro, (doc. nº 6 – (seis)).----------

Inscrições: Margarida Correia. ----------

Margarida Correia interveio para evidenciar que esta tarifa social é aplicável aos utilizadores domésticos e visa proteger os consumidores que se encontrem

em situação de particular vulnerabilidade económica. Surge até no seguimento e num contexto legal específico, e pretende-se que a sua aplicação seja automática para as pessoas singulares e diz respeito ao domicílio fiscal. Os critérios constam do documento e, basicamente, esta tarifa social, vai traduzir-se na isenção das tarifas de valor fixo e na redução da tarifa variável ou na combinação de ambas. Vai abranger cerca de mil e seiscentos utilizadores, o que é muito relevante e prevê, ainda, que seja autorizada a aplicação a partir da faturação do mês de outubro desde ano. Por todos estes motivos, esta proposta reflete a preocupação social do Executivo Municipal motivo pelo qual o Grupo Municipal do PS considera-a da maior relevância. ---

O Senhor Presidente da Câmara disse que o tarifário social, é uma questão importante e mais abrangente e por isso, protege mais ainda do que o tarifário que a Câmara Municipal tinha em prática.----------

---

Colocada à votação a adesão ao regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos no âmbito do Decreto-Lei nº147/2017, de 5 de dezembro, foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala os vinte e cinco membros eleitos.----------

---

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

7 - Apreciação e votação da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano 2020, (doc. nº 7 – (sete)).----------

Inscrições: Luís Martins. ----------

Luís Martins interveio para esclarecer que se trata da inclusão do projeto de "Requalificação da Escola Secundária da Lousã". É um investimento que pressupõe um milhão e novecentos e noventa mil euros e tem uma execução prevista de vinte e quatro meses, com os valores da dotação já previstas para o ano corrente de dois mil e vinte e a necessidade de se proceder à segunda revisão das Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e vinte.----------

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que se trata de um valor simbólico. Esta alteração confere a possibilidade de lançar o procedimento de contratação pública para a concretização desta obra.----------

---

Colocada à votação a 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano 2020, foi aprovada por maioria com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD e CDU e 1 (uma) abstenção do BE, quando estavam presentes na sala os vinte e cinco membros eleitos.----------

---

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

8 - Votação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL, (doc. nº 8 – (oito)). ----------

O Senhor Presidente da Mesa informou que serão de imediato distribuídos os boletins de voto e o **Senhor Primeiro Secretário**, procederá à chamada dos membros da Assembleia Municipal a fim de colocarem o seu voto na urna. A votação, conforme descreve o ponto nº 8 é para designar um Presidente da Junta de Freguesia para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL com a apresentação de uma única lista composta com o nome de **Maria Helena Gomes Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho.** No respetivo boletim de voto, indicarão sim ou não consoante estejam ou não de acordo com a lista apresentada. ----------

---

Contados os votos, foi designada **Maria Helena Gomes Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho** para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL, com 22 (vinte e dois) votos a favor e 3 (três) votos em branco. ----------

---

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

9 - Informação do Revisor Oficial de Contas (ROC) – Relatório sobre a situação económico financeira do Município da Lousã – 1º semestre 2020, (doc. nº 9 – (nove)). ----------

Inscrições: Sérgio Pedroso.----------

Sérgio Pedroso interveio para questionar alguns pontos que constam da análise que o Grupo Municipal do PSD fez ao Relatório do ROC. Tendo em conta o ano atípico que se vive, questionou o Quadro nº 11 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Dívidas a Terceiros com o indicador de diminuição de 8,99%, e questionou a que se deve o aumento de cento e um mil e quarenta euros no 1º semestre do ano de 2019, para seiscentos e

cinquenta e cinco mil e trezentos e trinta e seis euros no 1º semestre de 2020, ou seja 548.59%, na rubrica Fornecedores de Imobilizado. Em relação à análise ao quadro nº 4, - Execução Orçamental das Receitas de Capital (1º Semestre) questionou a razão da execução da receita de capital se ter situado nos 13,66%, ou seja, aquém da espectativa orçamental inicial. Registou com agrado o controlo da dívida de médio e longo prazo que se situa nos 5,09% da Receita Corrente. A finalizar a sua análise referiu que o Relatório diz no Quadro nº 6 – Execução Orçamental das Despesas Correntes, (1º Semestre), que existe uma diferença na execução do índice de pagamentos no valor de 37,86% e o índice de realização de despesa de 74,19% dizendo que esta diferença é anormal para uma análise semestral, mas que o Grupo Municipal do PSD estará atento para ver como irá decorrer o 2º Semestre do ano. ----------

O Senhor Presidente da Câmara disse o aumento da dívida de fornecedores do imobilizado deveu-se ao facto das despesas transitarem do final do ano de 2019 para o ano 2020 e a baixa taxas de receitas de capital teve a ver com a mesma razão. O lançamento de algumas obras relativas a candidaturas a fundos comunitários já só tiveram início no final do ano de 2019, o que, em termos de recebimento levou à repercussão orçamental no ano de 2020. ------

---

O Órgão deliberativo tomou conhecimento da Informação do Revisor Oficial de Contas (ROC) – Relatório sobre a situação económico financeira do Município da Lousã – 1º Semestre 2020. ----------

---

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

10 - Apreciação e votação da declaração de reconhecimento do interesse municipal para as populações e para a economia local da "Criação da Rede de Percursos Pedestres da Lousã, (doc. nº 10 – (dez)).----------

Inscrições: João Duarte. ----------

João Duarte interveio para solicitar clarificação deste ponto, questionando se vai haver a criação de uma nova rede ou se vão requalificar e regenerar a rede já existente com diversos percursos já de todos bem conhecidos. Aproveitou o momento para lamentar o facto de terem sido vandalizadas algumas placas, perguntando se vão ser repostas em breve ou se até já o foram. ----------

---

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que está prevista a melhoria, beneficiação e reforço da rede já existente. Relativamente aos danos que se verificaram, informou que foram imediatamente repostos, com a participação da ocorrência às entidades competentes. ----------

---

Colocada à votação a declaração de reconhecimento do interesse municipal para as populações e para a economia local da "Criação da Rede de Percursos Pedestres da Lousã, foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala os vinte e cinco membros eleitos. ----------

---

O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros da Assembleia Municipal.----------

---

Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e duas horas e quinze minutos. ----------

---

O Presidente da Mesa,

Carlos Alberto Seco Lopes

Carlos Seco

O 1º Secretário,

Mário Alves Maduro

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins